

EVOLUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS NO RIO GRANDE DO SUL: ESPAÇO AGRÁRIO, IMIGRAÇÃO E ESTRUTURA FUNDIÁRIA

Flamarion Dutra Alves

Doutorando em Geografia na UNESP Rio Claro
dutrasm@yahoo.com.br

Vicente Celestino Pires Silveira

Prof. Dr. Centro de Ciências Rurais da UFSM
vicentesilveira@smail.ufsm.br

RESUMO

Este artigo analisa as desigualdades regionais no Rio Grande do Sul através do processo de colonização e ocupação territorial, que delimitou a formação agrária gaúcha e as diferentes estruturas fundiárias no estado. A evolução populacional gaúcha está diretamente ligada ao processo de imigração, primeiramente, nas regiões fronteiriças do Uruguai e Argentina, estabelecendo os latifúndios e as atividades pecuárias extensivas, em seguida, os imigrantes alemães e italianos, que se territorializaram em pequenos lotes de terra e nas regiões dos vales na porção nordeste, centro e norte do Rio Grande do Sul. Essa construção do espaço gaúcho gerou uma divisão socioeconômica entre metade sul e metade norte, onde a primeira concentra as grandes propriedades e atividades econômicas pouco dinâmicas e a segunda há o predomínio de pequenas e médias propriedades, com grandes centros urbanos e atividades econômicas mais dinâmicas.

Palavras-chaves: Desigualdades regionais, Estrutura fundiária, Imigração, Economia.

EVOLUTION OF REGIONAL DISPARITY IN THE RIO GRANDE DO SUL: AGRARIAN SPACE, IMMIGRATION AND AGRARIAN STRUCTURE

ABSTRACT

This paper analyzes the regional disparity in Rio Grande do Sul through the settling process and territorial occupation, that delimited the agrarian formation gaúcha and the different agrarian structures in state. The population evolution gaúcha is directly on to immigration process, first, in the bordering regions of Uruguay and Argentina, establishing the large states and extensive cattle breeding business, after that, the Italian and German immigrants, who if territorialization in small lots of land and the regions of valleys in northeast portion, center and north of Rio Grande do Sul. This construction of space gaúcho generated a social-economical division between south half and half north, where the first one concentrates the great properties and dynamic economic activities little and second it has average the small predominance of properties, with great urban centers and more dynamic economic activities.

Keywords: Regional disparities, Agrarian Structure, Immigration, Economic.

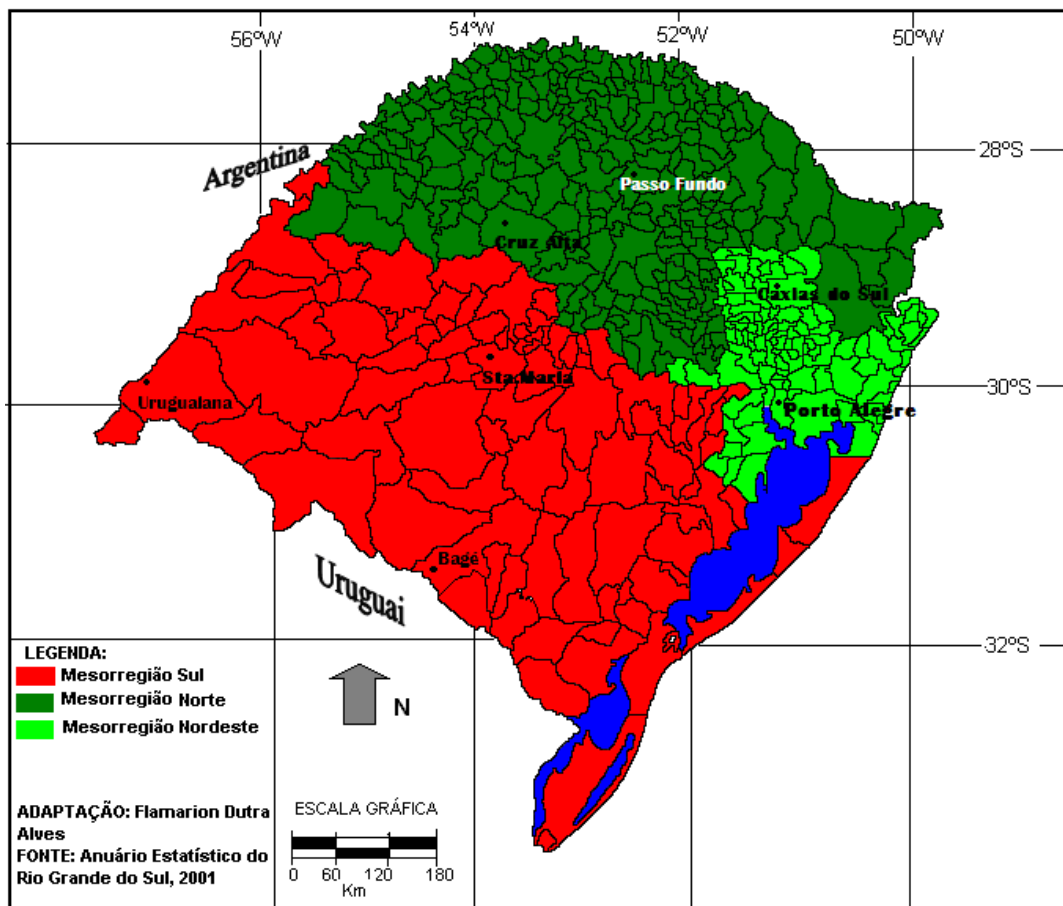
INTRODUÇÃO

Neste artigo serão analisadas as desigualdades regionais do Rio Grande do Sul dando enfoque ao processo histórico da ocupação territorial e a organização do espaço agrário, relacionando

Recebido em 15/08/2007

Aprovado para publicação em 14/04/2008

com a estrutura fundiária. O objetivo de mostrar a evolução da ocupação territorial do Rio Grande do Sul visa identificar os tipos de estrutura fundiária existentes nos municípios, em especial da Mesorregião Sul fazendo um paralelo com os da Mesorregião Norte e Nordeste do Estado (Mapa 1).



Mapa 1 - Localização da Mesorregião Sul, Norte e Nordeste do Rio Grande do Sul, conforme classificação de Alonso et.al.(1994). Organização: Flamarion Dutra Alves.

Alonso et. al. (1994) propõem, a subdivisão do estado em três Regiões: A Sul, onde predominam a grande propriedade, a pecuária e a lavoura de arroz, baixa densidade demográfica. A Norte, predominantemente agrária, caracterizada pelas pequenas, médias e grandes propriedades, onde a produção inicialmente diversificada cedeu espaço para as lavouras mecanizadas de trigo e soja, concentrando a terra. E a última região, a Nordeste, que se caracteriza pela presença de vários setores industriais, pequenas propriedades, além de grandes concentrações urbanas e elevada densidade demográfica. Estas duas últimas constituem a chamada Metade Norte do Rio Grande do Sul.

A ocupação do território gaúcho ocorreu em etapas, no qual diferentes agentes colonizadores, em épocas distintas, se inseriram no espaço gaúcho determinando as várias culturas existentes no estado do Rio Grande do Sul. Esta diferença de colonização trás consigo uma bagagem de atributos como, atividades econômicas praticadas, densidade demográfica, tamanho das propriedades, sistemas produtivos entre outros, caracterizando diferentes formas de exploração do espaço geográfico. Assim, esta primeira parte trará as etapas da evolução da ocupação do território gaúcho contrapondo a questão fundiária do Estado.

Processo de evolução da ocupação e colonização do Estado do Rio Grande do Sul

A ocupação do território gaúcho pelos europeus deu-se no século XVII, por volta de 1626, através dos jesuítas a serviço da Coroa Espanhola. A porção noroeste do Rio Grande do Sul, hoje denominada Missões, foi o local onde os padres jesuítas fundaram os primeiros núcleos estáveis no espaço sul-rio-grandense, no qual os índios³ foram os primeiros habitantes, sobre esse assunto Roche (1969, p.28) descreve que os “jesuítas reuniram os índios em reduções onde praticavam a agricultura”, e ainda introduziu os gados bovino e ovino, dando início à atividade pecuária. Dessas reduções surgiram os Sete Povos das Missões⁴ tornando-se um centro econômico importante tendo como atividades à produção de erva-mate, extração de couro e pecuária.

Dessa forma, a primeira etapa da ocupação do território gaúcho foi realizada pelos padres jesuítas em favor da coroa espanhola fazendo dos índios força de trabalho especializada. O que atraiu o interesse dos Bandeirantes vindos de São Paulo que buscavam escravos para as empresas e para agricultura lá existente, dizimando assim, esta sociedade que havia sido estabelecida no território gaúcho (QUEVEDO DOS SANTOS, 1993).

Um século após a ocupação espanhola ocorre a portuguesa, na qual, se inicia a constituição da dinâmica socioeconômica do Rio Grande do Sul a partir do primeiro quarto do século XVIII, com a distribuição de sesmarias nas áreas de fronteiras com Argentina e Uruguai. Sobre as sesmarias Martins (1997, p. 13-14) crê que este sistema era desigual e injusto, pois somente as pessoas que fossem “brancas, puras de sangue e católicas” poderiam receber a posse de um título de sesmaria. Então, “o acesso a terra estava interdito aos hereges e aos gentios, aos negros, aos mouros e aos judeus”.

Esta foi a estratégia adotada pela Coroa Portuguesa para garantir a posse e defesa das terras localizadas ao sul de sua colônia, constituindo alojamentos de acampamentos militares e construções de fortes, assim como, a distribuição de sesmarias (com área de até 13.068 ha) a pessoas de prestígio e, ou militares de maior patente sendo profundamente segregador, raramente atenderam ao caráter social da distribuição das terras (COSTA, 1988).

Desse modo, a Metade Sul foi a primeira a ser ocupada a partir do século XVII por imigrantes ibéricos e aventureiros paulistas, formando uma estrutura fundiária de grandes propriedades de pecuária extensiva, através de doações de sesmarias provocando uma pobreza estrutural pela restrição de acesso a terra para a maioria da população que vagava pelos pampas à busca de uma ocupação (TORRONTÉGUY, 1994).

Muitos autores (Brum, 1987; Costa, 1988; Pesavento, 1997) vêem na doação de sesmarias e na expansão da pecuária, os marcos na formação da estrutura fundiária gaúcha, como a única forma de viabilizar a ocupação e defesa do território, levando em conta a extensão de terras e escassez de elementos povoadores.

Na metade do mesmo século, com o intuito de ocupar o território, a Coroa Portuguesa envia centenas de famílias açorianas a porção sul do Estado. Estas famílias sofrem dez anos de abandono e penúria, os que sobreviveram receberam propriedades rurais. Estas propriedades, chamadas “datas”, eram de tamanho menor, aproximadamente 900 hectares e se destinavam à agricultura, com o objetivo de diversificar a produção pastoril, principalmente a produção do trigo, para abastecer a Colônia (BRUM, 1987).

Assim essas duas frentes foram as primeiras a ocuparem a Mesorregião Sul do Rio Grande do

³ Guaranis, Charruas e Guaianas (FORTES, 1981).

⁴ No total, foram 30 povos missioneiros. Destes, sete localizavam-se no Rio Grande do Sul, 13 no Paraguai e 10 na Argentina. Os Sete Povos das Missões foram: São Borja, São Nicolau, São Miguel, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo (SEHN e ILHA, 2000).

Sul, o que delineou a formação sociocultural dessa região, baseada na atividade pecuária em propriedades de grandes extensões territoriais.

Segundo Heidrich (2000), a Campanha Gaúcha é o território mais expressivo da Metade Sul e que ocupa grande parte de sua totalidade regional se caracterizando pela atividade pastoril, concentração fundiária e índice de densidade demográfica pouco significativo. Nas reflexões do autor, trata-se de um espaço regional situado no sudoeste do Rio Grande do Sul, tendo como característica principal a presença de campos nativos, os quais particularizam a paisagem como sendo o Bioma do Pampa Gaúcho. Nele a ocupação humana, aproveitando os recursos do meio ambiente desenvolveu a economia da pecuária de corte utilizando-se de sistema de produção extensivo e extensivo-intenso.

Os pedidos e concessões de sesmarias para a formação de estâncias ocorreram durante o século XIX, fazendo com que as terras antes devolutas ficassem legais, formando a propriedade privada. Os maiores beneficiados eram os tropeiros e os militares reformados que recebiam terras como gratificação por serviços prestados. As sesmarias eram terras devolutas, medindo três léguas, o equivalente a 1.080 hectares. Porém, existiam estâncias com 30 léguas. A primeira concessão foi feita em 1732 e por volta de 1803 à Campanha gaúcha já estava totalmente repartida entre aproximadamente 500 grandes proprietários. Acrescenta-se a isso a forma não democrática de distribuição das sesmarias. Quem não possuísse propriedade, de acordo com a legislação portuguesa, não poderia receber sesmaria.

Dessa forma, os menos favorecidos não tinham o direito de receber direitos de propriedade, autenticando o predomínio do latifúndio e as fortes barreiras para o acesso a terra. Com isso, a posse de uma sesmaria constituía em poderes econômicos, sociais e políticos. Em torno do grande proprietário reuniam-se os que trabalhavam sob suas ordens, os que necessitavam de sua proteção, até mesmo os que tinham medo de sua força (ROCHE, 1969).

A partir da metade do século XIX, a Mesorregião Sul era a região de maior dinamismo da economia do Estado, pois ela articulava-se com a economia do centro do país através do fornecimento de charque, alimento consumido pelos escravos e pelas camadas mais pobres das populações urbanas. Sobre o charque no Rio Grande do Sul:

Viabilizou economicamente a efetiva ocupação do território gaúcho e ajudou a construir a prosperidade em Pelotas, núcleo onde se encontrava o maior número de charqueadas, e de Rio Grande, porto através do qual o produto era exportado, que eram os principais centros urbanos da região Sul (ALONSO e BANDEIRA, 1990, p.71).

A sociedade constituída pela pecuária e pelo charque na Mesorregião Sul caracterizava-se pela concentração da propriedade e da renda, existindo um reduzido número de assalariados, já que a pecuária não exigia grande contingente de mão-de-obra. Assim, a grande propriedade concentrada na posse de poucos proprietários e a forma como se organizou o trabalho gerou duas classes bem distintas e fortemente hierarquizadas: a dos estancieiros (proprietários) e a dos peões (dependentes). Alguns milhares de grandes proprietários eram donos de terras e utilizava nas estâncias de criação o trabalho dos peões, além de escravos para os serviços domésticos, no trabalho pesado das charqueadas predominava o braço escravo (BRUM, 1987).

Ao abordar a ocupação nas áreas de fronteira do Rio Grande do Sul, Caio Prado Júnior diz que:

No início do século XIX, estabelecem-se as primeiras estâncias regulares, sobretudo na fronteira, onde mercê das guerras se concentra a população constituída a princípio quase exclusivamente de militares e guerrilheiros. Distribuem-se aí propriedades a granel: queria-se consolidar a posse portuguesa, garantida até então unicamente pelas armas. O abuso não tardou, e apesar da limitação legal das concessões (3 léguas, equivalentes a 108 km², para cada concessionário), formam-se propriedades mostruosas (PRADO JÚNIOR, 1985, p.96-97).

A apropriação militar da terra, como se assistiu, foi acompanhado da expansão econômica da pecuária sulina, oportunizando o enriquecimento de sua camada senhorial, ou seja, o fortalecimento dos pecuaristas tendeu a se expressar também no plano político-administrativo (PESAVENTO, 1997).

Desse modo, o estabelecimento das primeiras propriedades instaladas no território gaúcho foram realizadas de formas desiguais, privilegiando poucas pessoas, geralmente militares e tropeiros, além dessas propriedades terem uma área muito grande, associadas à atividade pecuarista, estes fatores vieram a ocasionar uma pequena densidade demográfica na região sul do Rio Grande do Sul, formando “lacunas” entre uma cidade e outra.

A doação de sesmarias no Brasil cessa-se a partir da Lei de 1822, levando a intensificação da posse e a aglutinação desordenada das terras por particulares paralelamente aos objetivos de povoamento e de defesa do território, surgiu a necessidade de adequarem-se as províncias à reorganização geral da economia brasileira, que se conduzia pelas novas diretrizes do capitalismo internacional. E para atender a este princípio econômico ocorreu a política imigratória cujos objetivos básicos eram os de criar o trabalho livre nas áreas de produção para a exportação e de um mercado interno consumidor, além de contribuir com o povoamento estratégico de regiões periféricas.

Os imigrantes alemães e italianos: surgimento da pequena propriedade

Com base em uma nova política imigratória, fundada nas linhas do capitalismo internacional, o Rio Grande do Sul em 1824⁵, recebe a primeira leva de imigrantes alemães (total de 38 indivíduos) no município de São Leopoldo. Cada família recebeu um lote de 77 hectares como livre propriedade, isenção de qualquer tipo de imposto ou prestação de serviço pelo prazo de dez anos. A partir de 1851, estes lotes diminuíram de 77 para 48,4 hectares e, em 1889, para 25 hectares, esta unidade era chamada de “lote colonial” (ROCHE, 1969).

Estes imigrantes provenientes da Alemanha vieram de seu país, no qual vivia uma situação de tensão social, com o intuito de povoar áreas antes desabitadas (formação de colônias) e que produzissem gêneros alimentícios necessários para o consumo interno do Brasil. O primeiro fluxo de imigrantes deu em 1824, o segundo em 1845, em todo o século XIX foram criadas 142 colônias no Rio Grande do Sul, principalmente no Vale dos Sinos (QUEVEDOS DOS SANTOS e TAMANGUEVIS, 1990). A outra fase de colonização do território gaúcho venho com os imigrantes italianos no final do século XIX, 1875, no qual tem-se início a última etapa de povoamento do Rio Grande do Sul, onde estes imigrantes:

Vão se localizar nas terras devolutas do Império, situadas na encosta superior do Planalto. A vinda dos imigrantes está ligada ao processo de substituição da mão-de-obra e a política de imigração e colonização do Governo Imperial (GIRON, 1980, p.47).

Giron (1980, p. 51-52) explica que os processos de emigração da Itália ocorreram devidos aos “excessos populacionais, esgotamento de terras, as crises agrícolas, a política fiscal, o desflorestamento, a política comercial”.

Os imigrantes italianos até o início do século XX, já chegavam a aproximadamente oitenta e quatro mil colonos (84.000), esses se concentraram em pequenas propriedades nas áreas do Planalto, porções norte e nordeste do Estado. Assim colonizava-se para ocupar vazios demográficos, para firmar a ocupação de terrenos. Coloniza-se para abrir e proteger a navegação de rios, defender fronteiras, aumentar a produção de gêneros que estão em mingua e finalmente até para dirigir a atividade de certas classes. A colonização assim encarada compreende diversas formas e aproveita diversos elementos (AZEVEDO, 1975).

⁵ De 1824 a 1830, chegaram ao Rio Grande do Sul cerca de cinco mil (5000) imigrantes alemães.

O imigrante foi um dos elementos decisório nas desigualdades regionais que assolam a Metade Sul na visão de Bandeira:

A imigração criou, na maior parte da metade norte do Estado (...) uma sociedade bastante distinta da do sul. A pequena propriedade, aliada a uma agricultura diversificada, gerou uma distribuição de renda menos concentrada. Ao invés de um grupo diminuto de grandes proprietários ricos e de um contingente relativamente reduzido de assalariados de baixa renda, no norte havia um número grande de pequenos proprietários que, algum tempo após o assentamento, passavam a ter uma renda monetária relativamente expressiva, oriunda da venda da produção que excedia suas necessidades de subsistência. O padrão mais concentrado de assentamento rural resultava, além disso, em uma densidade demográfica muito maior. A rede urbana era, por sua parte, também muito diferente da do sul, sendo constituída por um número expressivo de centros pequenos, situados à escassa distância uns dos outros (BANDEIRA, 2003 p.523).

Conforme o autor, além da imigração, o tipo de propriedade que foi dado os imigrantes foi outro fator determinante para o sucesso, que depois de um certo período assentado, este conseguiu extrair uma renda expressiva da pequena propriedade tornando um modelo capitalista de produção, pois vendia o excedente de sua produção.

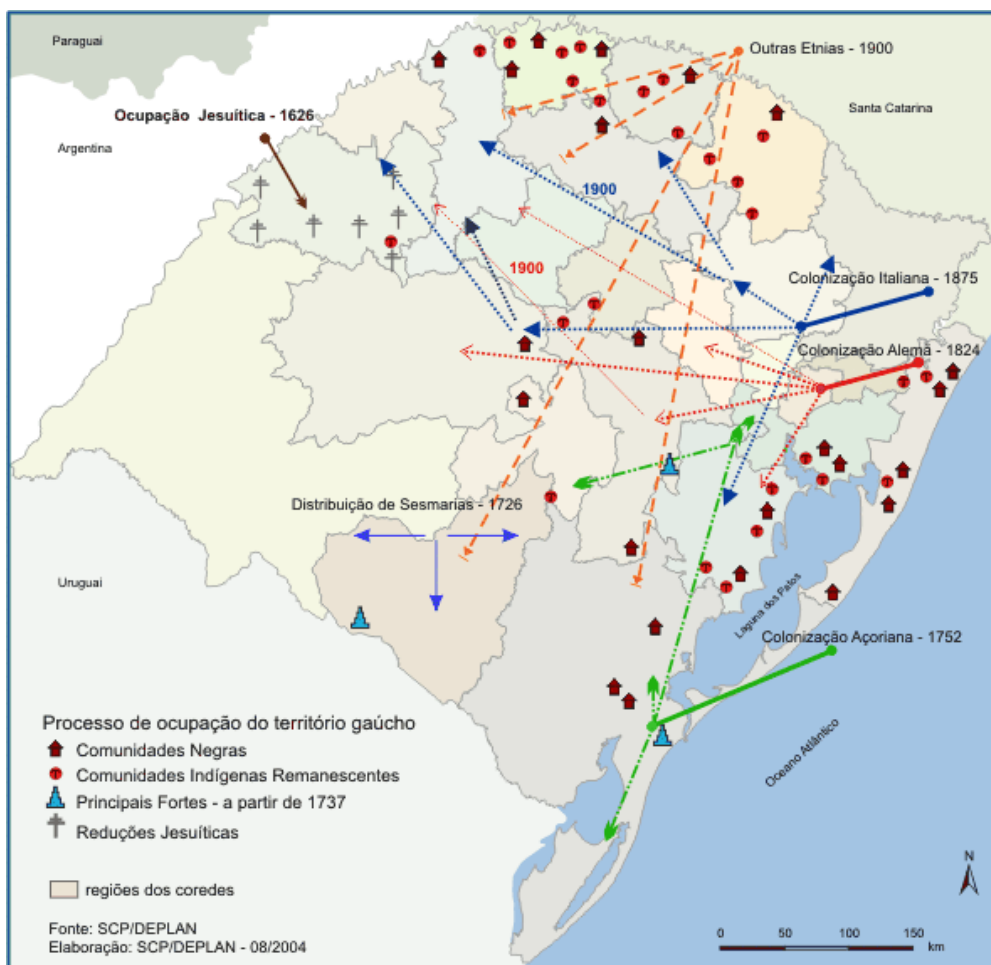
Portanto, no século XIX, o Rio Grande do Sul foi influenciado pelo processo de assentamento da imigração européia, inicialmente alemã (1824), e posteriormente italiana (1875), alocadas principalmente na região nordeste do território gaúcho. Como efeito, esta área tornou-se mais dinâmica, embora a pecuária praticada no sul do Estado continuasse tendo uma forte influência no setor econômico e político. A diversificação industrial e a crescente urbanização do eixo Porto Alegre - Caxias do Sul tornou esta região distinta da área de agricultura diversificada do norte do Rio Grande do Sul, tornando-a mais atrativa aos empreendedores.

O norte do Rio Grande do Sul foi povoado basicamente através da ampliação das áreas coloniais alemãs e italianas, e da chegada de novos grupos étnicos a partir de 1900, como Russos, Poloneses e Suíços. A produção diversificada das pequenas propriedades criou uma distribuição de renda menos concentrada resultando uma rede urbana formada por pequenos núcleos próximos entre si. Assim a colonização ítalo-alemã se concentrou na Metade Norte⁶ do Estado no qual foi ocupada principalmente por agricultores familiares e artesãos a partir de meados do século XIX, e posteriormente por seus descendentes, caracterizando uma estrutura fundiária baseada na agricultura familiar em pequenos lotes (BROSE, 1999).

Assim, a ocupação do Estado do Rio Grande do Sul dividiu-se em etapas (Mapa 2), a primeira ocorrida na Mesorregião Sul se caracterizando pela grande propriedade, distribuição de renda mais concentrada, pecuária e baixa densidade demográfica, resultando em núcleos urbanos mais distantes uns dos outros. A outra etapa de ocupação foi realizado na Mesorregião Nordeste e Norte se caracterizando pela pequena propriedade, produção diversificada (policultura), distribuição de renda menos concentrada e densidade demográfica mais elevada, resultando em uma proximidade dos municípios.

Generalizou-se a idéia de que as diferentes formas de ocupação do território sul-rio-grandense aliado a fatores de origem étnica da colonização foram determinantes da dicotomia do desenvolvimento entre a Metade Sul e Norte. Isto se deve muito às comparações que foram realizadas, entre as diferentes formas de ocupação das duas regiões. Na Metade Sul a formação de propriedades com grandes extensões de terra e a origem luso-brasileira dos primeiros habitantes foi condicionante, já na Metade Norte, o processo de ocupação se deu através de pequenas áreas coloniais constituídas basicamente por colonizadores imigrantes alemães e italianos. (ROCHA, 1999).

⁶ Alguns autores consideram uma divisão do Rio Grande do Sul em Metade Norte e Metade Sul. Sendo que a Metade Norte engloba a Mesorregião Norte e Nordeste.



Mapa 2 - Evolução do processo de ocupação do território do Rio Grande do Sul.

Costa (1988) ressalta que os maiores municípios também são os mais antigos do Estado e que suas emancipações ocorreram até o final do séc. XIX. Associando densidade demográfica, estrutura fundiária e vegetação evidenciam-se contrastes muito nítidos. Metade Sul com grandes e poucos municípios, contrapondo-se, a Metade Norte que apresenta uma malha municipal repleta de pequenas unidades territoriais a partir do norte de Porto Alegre e por todo o centro-norte do Estado.

As desigualdades regionais no Estado do Rio Grande do Sul: população e economia

A Mesorregião Sul do Rio Grande do Sul tem se destacado nas discussões sobre o desenvolvimento regional, sendo considerada menos desenvolvida em relação à Mesorregião Nordeste e Norte do Estado. Os principais problemas estão associados às características de base econômica, ligada a atividades pouco dinâmicas e de pequeno potencial para criação de empregos diretos e indiretos, como é o caso da pecuária extensiva, além da estrutura fundiária concentrada existente na Metade Sul (LÜBECK e SCHNEIDER, 2003).

A população da Mesorregião Sul já representou mais da metade do Estado na virada do século XIX para o século XX e hoje não chega a um quarto (Tabela 1). A sua participação na produção industrial do Estado, que já foi de 35% na década de 30, na década de 1990 se aproximou de 10%, a participação no PIB do Estado que já esteve entre 38% e 39% no final da

década de 30, chegou a 17% no final da década de 90.

Conseqüências dessas diferenças podem ser explicadas pelo assentamento dos imigrantes europeus na Metade Norte, que colaboraram para ilustrar as taxas mais elevadas de crescimento que eram apresentadas por esta região, assim, esta imigração criou uma sociedade bastante distinta da Metade Sul, por que nela existia a pequena propriedade privada, aliada a uma agricultura diversificada, gerando assim uma distribuição de renda menos concentrada (BECKER e BANDEIRA, 2003).

Sobre a grande aglomeração entre os assentamentos dos imigrantes, Andreoli (1989, p. 102) diz que "O resultado foi um crescimento extensivo da produção agrícola e artesanal com base na pequena produção familiar rural produtora de bens agrícolas e artesanais, refazendo-se assim, com razoável grau de aproximação à via histórica de desenvolvimento do capitalismo europeu".

Tabela 1

População total e percentual de cada Mesorregião do Estado no período de 1920-2002.

	Pop. Total	Nordeste	(%)	Norte	(%)	Sul	(%)
1920	2.182.713	599.591	27,5	703.488	32,2	879.634	40,3
1940	3.320.689	849.100	25,6	1.287.099	38,8	1.184.490	35,6
1950	4.164.821	1.111.174	26,7	1.689.668	40,6	1.363.979	32,7
1960	5.448.823	1.670.609	30,7	2.137.573	39,2	1.640.641	30,1
1970	6.755.458	2.315.771	34,3	2.511.003	37,2	1.928.684	28,5
1980	7.773.837	3.125.860	40,2	2.602.680	33,5	2.045.297	26,3
2002	10.398.133	5.022.298	48,3	2.827.252	27,2	2.548.583	24,5

Fonte: IBGE, FEE. Organização: Flamarion Dutra Alves

A diminuição da participação populacional da Mesorregião Sul no total do Estado reflete das políticas imigratórias ocorridas na Metade Norte, a pequena distância entre os centros urbanos de municípios vizinhos dinamizam os processos socioeconômicos, ou seja, todos os processos das dinâmicas demográficas, o que Bandeira (1994) destaca como sendo a variável imigração um fator determinante para a diferença populacional no Rio Grande do Sul (Gráfico 1).

No início do século, a Mesorregião Sul detinha o maior contingente populacional, com as políticas imigratórias e o desenvolvimento dos centros urbanos a Norte e Nordeste ultrapassaram a região sul, que permaneceu com sua estrutura fundiária concentrada. A partir da década de 1950, com a modernização da agricultura e o avanço das lavouras de soja e trigo no Planalto Gaúcho (Mesorregião Norte) há uma queda na população total devido a expansão das lavouras e uma aglutinação das propriedades rurais, levando a um forte êxodo rural, falência de milhares de pequenos agricultores dessa região, constatando um crescimento das médias e grandes propriedades rurais na Mesorregião Norte, que em 2002 apresenta quase o mesmo índice da Sul.

O modelo mais aglomerado de assentamentos rurais deriva em uma densidade demográfica muito maior na Mesorregião Nordeste, tendo uma rede urbana constituída por um número grande de pequenos centros situados numa pequena distância uns dos outros. Enquanto que na Mesorregião Sul o padrão das ocupações foram feitas em latifúndios, alguns com mais de dez mil hectares, gerando uma distância muito grande entre os centros urbanos.

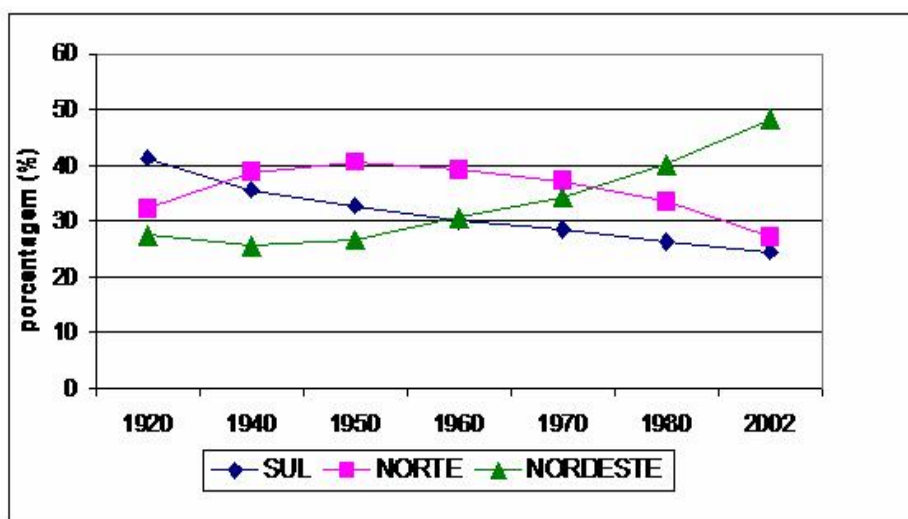


Gráfico 1 - Percentual de cada Mesorregião na população total no período 1920-2002, no Rio Grande do Sul. Organização: Flamarion Dutra Alves.

Identidade Regional e Capital Social

Outro elemento que contribuiu para que ocorresse a desigualdade regional no Rio Grande do Sul, foi o capital social, que é um conjunto de relações e redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas efetivamente para beneficiar o indivíduo ou sua classe social. Assim o capital social é propriedade do indivíduo e de um grupo; é ao mesmo tempo acúmulo e base de um processo de unificação que permite as pessoas inicialmente bem dotadas e situadas de terem mais êxito na competição social (BOURDIEU, 1980).

Desse modo, o capital social, segundo Becker e Bandeira (2003, p.15) são “os traços culturais que são relevantes para fazer com que os membros de uma localidade se tornem propensos a colaborar para a solução de problemas de interesse comum”. Ou seja, na Mesorregião Nordeste o capital social é mais significativo que na Mesorregião Sul, pois devido aos traços sociais e culturais, obviamente, ligados a estrutura fundiária e maior dinamismo demográfico, foi preponderante para o êxito socioeconômico desses assentamentos.

Assim como o capital social, esses autores dão importância à identidade regional constituída de um local. Para Becker e Bandeira (2003, p.20) “A identidade regional (...) é condição essencial para que um determinado território possa, de forma significativa e não-arbitrária, ser denominado de região”. No Rio Grande do Sul se percebe claramente uma diferença de culturas, o que o geógrafo francês Raymond Pebayle (1975) definiu como dois tipos de indivíduos no espaço rural gaúcho no século XX.

Para melhor entender a dualidade das sociedades rurais que se constituíram no sul, revisou-se os estudos de Pebayle (1975) nos quais o autor descreve que até o início do século XX, os contatos entre os criadores luso-brasileiros dos “campos” e os “policultores” da pequena propriedade foram raros, ou melhor, nada parecia anunciar, então, novos encontros entre essas duas sociedades rurais tão opostas por suas origens étnicas, por suas tradições culturais e suas mentalidades. A aristocracia local foi sempre constituída pelos “estancieiros”. Esses homens rudes e fatigados das violentas técnicas da pecuária de uma outra época, afeitos a deslocamentos e já curiosos a respeito das novidades técnicas de seus vizinhos da região do Rio da Prata, rejeitaram o arado, a inovação agrícola e as terras de floresta.

Ainda seguindo Pebayle (1975), o pequeno agricultor era a antítese do gaúcho das campinas, era o homem das florestas, o agricultor isolado com técnicas ainda predatórias, o pequeno

proprietário. Assim assiste-se a uma expansão do pequeno produtor nas terras dos criadores, resultado de um forte gradiente demográfico entre as colônias relativamente superpopulosas e o quase vazio humano das regiões de pecuária.

Sobre a identidade regional Becker e Bandeira (2003) ressaltam a sua importância e a definem sendo:

A identidade regional, assim como o capital social, é um produto da história. Ela surge como resultado de processos políticos, sociais e culturais que fazem com que os habitantes de um determinado território consolidem a percepção do fato de que, apesar das diferenças e divergências que possam dividi-los, também têm fortes afinidades e muitos interesses em comum. (BECKER e BANDEIRA, 2003 p.20).

Portanto, a construção de uma identidade regional fortalece as bases para um desenvolvimento regional, uma vez que os membros participantes dessa região estarão em busca de um interesse comum. Os elementos sociais e culturais são fundamentais para a eficácia de uma região, pois eles fazem parte de um sistema que age em conjunto, sendo peças-chave para um resultado favorável.

Disparidades na Estrutura Fundiária

No que diz respeito às disparidades regionais existentes no Rio Grande do Sul, o elemento crucial para tal diferença é sem dúvida a estrutura fundiária da Mesorregião Sul, que pouco evoluiu, conservando propriedades extensivas, em boa parte grandes propriedades, alargando ainda mais as diferenças socioeconômicas dessa parte do Estado.

Analisando os dados dos Censos agropecuários de 1940 a 1995-1996 relativos à estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, constata-se uma desigualdade entre o número de pequenas propriedades⁷ e da área destinadas a elas (Tabela 2).

Tabela 2

Número e área de pequenas propriedades da Mesorregião Sul do Rio Grande do Sul, entre 1940 a 1995-1996

Ano	Propriedades < 50 ha (%)	Área (%)
1940	19,78	20,11
1950	14,30	15,33
1960	16,49	18,09
1970	16,75	19,47
1975	17,77	19,95
1980	17,17	19,74
1985	17,27	20,24
1995-96	17,70	20,26

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE -1940 a 1995-1996. Organização: Flamarion Dutra Alves.

⁷ Neste diagnóstico, no sentido de estabelecer um padrão, pequena propriedade refere-se a estabelecimentos menores que cinquenta hectares (50 ha).

Observando os dados dos Censos agropecuários constata-se a dualidade em termos fundiários no Rio Grande do Sul. A Mesorregião Sul apresentando apenas um quinto de sua área destinada às pequenas propriedades, enquanto que o restante de sua área (aproximadamente 80%) está associado à média ou grande propriedade.

A perda de dinamismo regional da Mesorregião Sul é demonstrada nos indicadores populacionais pelo conservadorismo dos proprietários de terras, que não diversificam a produção, concentrada na pecuária extensiva e rizicultura. Sendo que todos os municípios do Rio Grande do Sul com mais de 60% da área ocupada por propriedades acima de 500 hectares estão na Metade Sul (TEIXEIRA, 2001).

Ao estudar o tamanho médio dos estabelecimentos do Rio Grande do Sul (Tabela 3) demonstra-se a heterogeneidade da estrutura fundiária, com uma discrepância evidente entre o tamanho médio encontrado na Mesorregião Sul em relação à média estadual.

Tabela 3

Tamanho médio dos estabelecimentos no Rio Grande do Sul e na Mesorregião Sul no período de 1940-1996 (em hectares)

ANO	RS	MESORREGIÃO SUL
1940	88,60	191,01
1950	76,97	203,63
1960	56,97	142,88
1970	46,47	113,88
1975	50,18	116,59
1980	50,62	122,06
1985	47,91	114,44
1995-96	50,70	118,61

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE -1940 a 1995-1996. Organização: Flamarion Dutra Alves.

A partir da década de 1940 houve uma queda quase que contínua no tamanho médio dos estabelecimentos rurais no Rio Grande do Sul, partindo de 88 hectares chegando a aproximadamente 50 hectares em 1996.

Na Mesorregião Sul houve um declínio no tamanho médio das propriedades, mas há que se notar, a diferença entre o tamanho médio das duas classes. Na Mesorregião Sul a média dos estabelecimentos rurais corresponde a aproximadamente o dobro da média estadual.

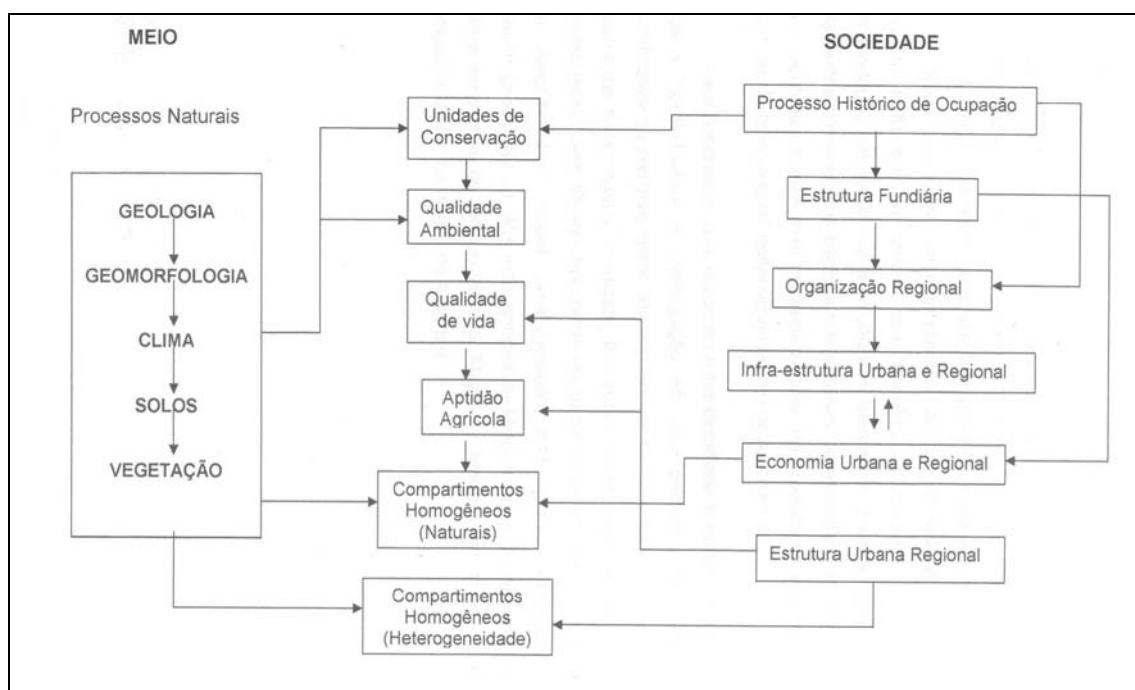
A Mesorregião Nordeste é uma região baseada em pequenas propriedades rurais, onde se destaca o setor industrial, assim como, uma agricultura diversificada e voltada para subsistência, desse modo, esta aglomeração de pequenas propriedades policultoras atraiu o crescimento industrial, diferentemente da região meridional do Rio Grande do Sul onde a:

Diferença, no entanto é que na Região Nordeste a urbanização foi, na maior parte do período, concomitante a um processo de rápido crescimento industrial, que gerava oportunidades de emprego para os migrantes oriundos das zonas rurais. Na Região Sul, ao contrário, o reduzido crescimento da indústria fez com que fosse muito menor a oferta de postos de trabalho nas cidades. Não sendo capazes de gerar empregos suficientes, os centros

urbanos da Região Sul passaram, paulatinamente, a expulsar parte de sua população, que migrou em busca de oportunidades em áreas mais dinâmicas. (BANDEIRA, 1994 p.15).

A maior concentração de renda e fundiária da Mesorregião Sul agravou o desequilíbrio das regiões do Estado, pois na parte norte, a estrutura fundiária menos concentrada e mais distribuída, juntamente com a proximidade de Porto Alegre foram fatores preponderantes para o avanço socioeconômico da Mesorregião Nordeste, em especial a porção nordeste (eixo Caxias do Sul - Porto Alegre).

A partir disso, surge em 1997, um Plano de Reestruturação Econômica para a Metade Sul (Esquema 1) elencando diversos itens a serem estudados e modificados e entre eles o *processo histórico de ocupação* que caracteriza a *estrutura fundiária* sendo base para a *organização regional* que determina a economia regional foram aspectos mencionados nesse Plano, ou seja, para alterar a organização do espaço regional buscando uma melhoria do desenvolvimento econômico se deve modificar a estrutura fundiária, pois é à base das atividades econômicas.



Esquema 1 - Plano de Reestruturação Econômica para Metade Sul - Dinâmica Regional
Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Secretaria da Coordenação e Planejamento (1997)

E em 2001, surge o Fórum de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Metade Sul tendo como objetivo principal articular a política de desenvolvimento regional, resgatando estudos, propostas e projetos, sistematizando-os para otimização de recursos e ações na resolução de problemas e para a criação de novas iniciativas. As ações desse Programa objetivam a promoção da integração e do desenvolvimento sustentável com melhoria da qualidade de vida da população, mediante a implantação de um modelo de gestão que fortaleça a cooperação intermunicipal, estadual e federal.

Cabe então, reestruturar a base fundiária, pontuando a reforma agrária como um meio de recurso para romper com esta estagnação. Nesse sentido Alonso e Bandeira (1994) reforçam a ideia de que a concentração fundiária é elemento fundamental pela desigualdade regional no Rio Grande do Sul:

(...) traço histórico-econômico fundamental é a estrutura fundiária caracterizada pela concentração da posse da terra, formada a partir das sesmarias doadas nos últimos tempos do período colonial (...). Pode-se afirmar que dessa estrutura fundiária decorrem, em última análise, outros aspectos que caracterizam a sociedade local até o presente, como a concentração de renda, os centros urbanos esparsos, a reduzida densidade da população rural e o predomínio da pecuária. (ALONSO e BANDEIRA, 1994 p.224).

A estrutura fundiária de um país espelha diretamente a sua estrutura social. A divisão e concentração de terra é a expressão física das divisões sociais e da concentração do poder existentes na sociedade. Hoje em dia, muitos ainda esperam o momento no qual as unidades familiares no país tenham finalmente se esvaziado pela migração aos centros urbanos e restam no campo apenas alguns poucos proprietários de vastas áreas de "agricultura moderna" e seus peões (BROSE, 1999).

A valorização da agricultura familiar é fundamental para a diminuição das desigualdades sociais e econômicas, conforme Teófilo (2002) o estímulo histórico à agricultura patronal baseada no latifúndio, na monocultura de exportação, no trabalho escravo e, posteriormente, na superexploração do trabalho assalariado, reflete na atual concentração de renda, exclusão social e em uma economia voltada excessivamente para o mercado externo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o processo de ocupação territorial no Rio Grande do Sul, verifica-se que o elemento *estrutura fundiária* indica o dinamismo socioeconômico da região. Onde existe um espaço agrário com pouca desigualdade fundiária há uma melhor distribuição de serviços para as populações, atividades agropecuárias mais dinâmicas e interligadas com os centros urbanos.

A concentração fundiária da Mesorregião Sul está fundada em suas raízes históricas de ocupação, o que transforma essa região em um cenário estagnado econômica e populacionalmente. A Mesorregião Norte que recebeu um grande número de imigrantes no início do século XX, e constituiu uma estrutura fundiária pouco concentrada, vem sofrendo alterações após o avanço da modernização na agricultura, as lavouras de soja e trigo vêm "dizimando" os agricultores familiares, ocasionando o crescimento das grandes propriedades, pois para esses tipos de culturas agrícolas há a necessidade de área para produzir em escala. Dessa forma, os agricultores familiares que entram no sistema soja-trigo, não conseguem competir e saldar as dívidas.

Desta maneira, é necessário reestruturar a base produtiva e a base social da Mesorregião Sul devendo realizar ações e intervenções de todos os níveis na perspectiva de proporcionar o desenvolvimento socioeconômico regional. Nesse sentido, a reforma agrária surge como uma alternativa para a redistribuição da terra e de novas dinâmicas socioeconômicas, de tal modo os assentamentos rurais são peças chaves para essa mudança.

REFERÊNCIAS

ALONSO, J. A. F., BANDEIRA, P. S. Crescimento inter-regional no Rio Grande do Sul nos anos 80. In: ALMEIDA, P. F. C. de. **A Economia Gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira**. Porto Alegre: FEE, 1990.

ALONSO, J. A. F.; BENETTI, M. D.; BANDEIRA, P. S. **Crescimento econômico da Região Sul do Rio Grande do Sul** : Causas e Perspectivas. Porto Alegre: FEE, 1994.

ANDREOLI, D. **As Desigualdades Regionais do Rio Grande do Sul**. Indicadores FEE v.17, n.2, Porto Alegre, 1989.

AZEVEDO, T. **Italianos e Gaúchos**: Os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande

do Sul. Porto Alegre: A Nação/IEL–DAC/SEC, 1975.

BANDEIRA, P. Origens, evolução e situação atual das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul. *In*: GONÇALVES, M. F.; BRANDÃO, C.A.; GALVÃO, A.C.F. (Orgs.) **Regiões e Cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Editora UNESP: ANPUR, 2003.

BATISTA, I. M. ; SILVEIRA, V. C. P. ; ALVES, F. D. As Desigualdades Econômicas Regionais e o Setor Agropecuário do Rio Grande do Sul. **XLIV CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL**. Fortaleza, 2006.

BECKER, D. F.; BANDEIRA, P. S. Participação Social e Cidadã no Desenvolvimento Regional Contemporâneo. *In*: LÜBECK, E., SCHNEIDER, F. M. (Orgs.). **Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Metade Sul**. Santa Maria: Pallotti, 2003.

BOURDIEU, P. Le capital social: notes provisoires. *In*: **Actes de la recherche en sciences sociales**, volume 31, pp. 2-3. 1980.

BROSE, M. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999, 2000 (reimpressão).

BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura: trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1987.p.200.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO. **Planejamento de reestruturação para a Metade Sul do Rio grande do Sul**. Porto Alegre: ENGEVIX, 1997.

FORTES, A. B. **Compêndio da história do Rio Grande do Sul**. 6. ed. Porto Alegre: Sulina, 1981.

GIRON, L. S. A imigração italiana no RS: fatores determinantes. *In*: DACANAL, J. H. (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

HEIDRICH, A. L. **Além do latifúndio: geografia do interesse econômico gaúcho**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

ILHA, A.S., ALVES, F.D., SARAIVA, L.H.B. Desigualdades Regionais no Rio Grande do Sul: O Caso da Metade Sul. **1º Encontro de Economia Gaúcha PUCRS/ FEE**. Porto Alegre, 2002.

KLIEMANN, L.H.S. **RS: terra e poder – história da questão agrária**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. 176 p. (Documentada 21)

LÜBECK, E., SCHNEIDER, F. M. (Orgs.). **Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Metade Sul**. Santa Maria: Pallotti, 2003.

MARTINS, J. de S. A questão agrária brasileira e o papel do MST. *In*: STÉDILE, J. P. (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997.

PEBAYLE, R. *Os difíceis encontros de duas sociedades rurais*. *In*: **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, v.20,n.18,p.3-22,1975.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 8.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. 31.ed., São Paulo: Brasiliense, 1985.

QUEVEDO DOS SANTOS, J. R. **As missões: crise e redefinição**. São Paulo: Ática, 1993.

QUEVEDO DOS SANTOS, J. R., TAMANGUEVIS SANTOS, J. **Rio Grande do Sul: aspectos da história**. 2. ed. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990.

ROCHA, J. M. **As raízes da crise da – “Metade Sul” – uma análise da exploração pecuária na formação econômica do RS**. Dissertação de Mestrado, Santa Cruz do Sul: UNISC, 1999.

ROCHE, J. **A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Globo, 1969.

SEHN, P. S., ILHA, A. da S. Aspectos Históricos da Ocupação e Evolução da Estrutura fundiária no Rio Grande do Sul no período de 1940 a 1996. *In: Economia e Desenvolvimento*, Santa Maria, n.12. p.101-118, nov.2000.

TEIXEIRA, P. C. **Tempo de dividir**. Disponível em: <<http://www.simpro-rs.org.br>>. Acesso em: 11/11/2005.

TEÓFILO, E. **A necessidade de uma reforma agrária, ampla e participativa para o Brasil**. Brasília: Abaré, 2002.

TORRONTÉGUY, T. As origens da pobreza no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Mercado Aberto / Instituto Estadual do Livro, 1994.